

Uma comissão para a reforma do ensino

JORNAL DA TARDE

O ministro Marco Maciel, da Educação, anunciou ontem a instituição da Comissão Nacional destinada a oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira, cujo decreto foi assinado nesse mesmo dia pelo presidente em exercício, José Sarney. Formada por 23 membros, dos mais diferentes segmentos da sociedade, segundo ressaltou o ministro, a comissão terá o prazo de seis meses, a contar de sua primeira reunião, para concluir o trabalho, sem prejuízo de encaminhamento antecipado de conclusões parciais.

Diz o ministro, em sua carta-exposição de motivos ao presidente José Sarney, que, embora exista "prioridade à educação básica (...), a educação superior experimenta hoje problema cuja magnitude e gravidade estão a exigir soluções urgentes, construídas a partir de consultas à sociedade e, em especial, à comunidade universitária".

Segundo a carta, essa comissão deve reavaliar o papel do Estado em relação ao ensino superior brasileiro e os problemas que afetam o ensino privado. "A crise do ensino superior e os novos tempos que apontam para a construção da sociedade democrática brasileira impõe a formulação de uma política educacional comprometida com uma Nova Universidade", diz Maciel na carta, que apresenta todos os nomes que a vão compor.

A comissão, que de acordo com Marco Maciel é "bem ecumônica", contará com a participação, por exemplo, de Francisco Javier Alfaya, citado na lista elaborada pelo Ministério da Educação como estudante de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, mas que já dirigiu a União Nacional dos Estudantes — UNE — e quase foi expulso do País, em 1983, quando o Ministério da Justiça pretendeu aplicar-lhe a Lei dos Estrangeiros, por causa de sua nacionalidade espanhola, com alegação de falsidade ideológica.

Entre mestres, doutores e professores formados pelas diversas universidades, estão Amílcar Tupiassu, professor titular da Universidade Federal do Pará; Bolívar Lamounier, professor da PUC de São Paulo e da USP; Caio Tácito Sá



Maciel com Sarney: consultas à sociedade.

Foto: Sérgio Borges

Em seis meses, subsídios para a formulação de uma nova política para a educação superior.

Educação

Pereira de Vasconcelos, membro do Conselho Federal de Educação — CFE; Carlos Nélson Coutinho, professor de Filosofia e Teologia do Mosteiro de São Bento, dom Lourenço de Almeida Prado. Do grupo ainda participa a secretaria de Educação Municipal de São Paulo, Guiomar Namo de Mello e uma professora da Secretaria de Educação de Minas Gerais, Marli Moisés, além de dois reitores (da PUC de São Paulo, Luiz Eduardo Wanderley; e da Universidade Federal de Mato Grosso, Eduardo de Lamonica Freire), do pró-reitor de Planejamento da Universidade Federal da Bahia, Fernando Jorge Lessa Sarmento, e do professor Ubiratan Borges de Macedo, da Escola Superior de Guerra.

A Comissão, criada por determinação do presidente Tancredo Neves, contará com apoio administrativo e financeiro da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e terá como secretário-executivo o professor de Filosofia, Teoria e Sociologia do Direito, doutorado pela USP, José Eduardo Faria. A primeira reunião do grupo será marcada depois dos feriados da Semana Santa, quando seus integrantes discutirão a forma de trabalho que irão adotar.

Entre os 23 membros da comissão há um empresário, Jorge Gerau Johannpeter, e um sindicalista, Jair Pereira dos Santos (do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do

— O Congresso foi extremamente positivo.

O presidente da Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

—, Gumerindo Milhomem Neto, estava satisfeito, ontem à tarde, ao fim do 3º Congresso Estadual da Educação, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, que reuniu mais de seis mil professores da rede estadual e municipal, além de educadores.

Primeiro, pela participação maciça da categoria: esses seis mil participantes representam, segundo Milhomem, mais da metade dos 200 mil professores da rede estadual. Segundo, porque se definiram práticas diferenciadas a serem implantadas nas escolas desde já e que não dependem de reivindicações e encaminhamentos às autoridades competentes, como as Secretarias da Educação Decisões que partiram da troca de experiências didáticas entre os professores nestes três dias, como a formação de uma coletânea de textos de jornais e revistas pelos próprios alunos para uso em biblioteca. Isso, como forma de acabar com o livro didático, que na opinião dos professores deve ser extinto, "porque é inadequado à realidade da escola e seu conteúdo reflete a ideologia da classe dominante, deixando claro preconceitos machistas, raciais, culturais".

Um dos momentos de maior participação do auditório, que se manteve lotado durante toda a tarde, foi a aprovação da proposta do grupo que discutiu "A Educação e os Partidos Políticos": eleição e instalação da Constituinte em novembro de 1985, precedida de ampla discussão entre os professores, "que ela seja livre e soberana", disseram os participantes.

Há outros pontos, porém, que foram aprovados e dependem de avaliação e aprovação do governo do Estado. Como a transformação

Os educadores, satisfeitos com seu congresso.

da jornada de trabalho, uma reivindicação que apareceu em todos os grupos de trabalho. De acordo com os professores, "um movimento pela melhoria da Educação passa, inevitavelmente, pela valorização profissional do educador".

Jornada única

A reestruturação da jornada de trabalho aprovada é a seguinte: a jornada base passa ser de 14 horas-aula, mais seis horas de atividade; a jornada extra ficaria com 21 horas-aula mais 12 de atividade; e a jornada dobrada, com 28 horas-aula, mais 12 de atividade. A jornada base para professores de 1º a 4º séries passaria a ser de 17 horas aula mais oito de atividade, que serão cumpridas pelos alunos com os professores de Educação Física e Educação Artística. Atualmente, esses professores trabalham uma jornada de 20 horas-relógio, o que corresponde à jornada de 25 horas-aula.

Mas, não é essa a meta do professor. Eles querem atingir uma jornada única de seis horas — quatro na sala de aula e duas de horatatividade. Essa proposta da Apeem — Associação dos Professores Especialistas em Educação do Ensino Municipal — também foi aprovada mas, segundo o presidente da Apeoesp, é uma conquista para o futuro.

Outra proposta aprovada é que os Conselhos das Escolas municipais sejam de caráter deliberativo como o do Estado, e que o dia em que houver eleição do Conselho, seja considerado dia letivo, "porque se trata de uma atividade dos professores na escola". E que seja assegurado pelo estatuto os cursos de aperfeiçoamento para os professores. Ficou definido que os dias 29 e 30 de abril serão dias de discussão, em todas as escolas, do Estatuto do Magistério. Depois disso, cada escola deverá eleger representantes para a realização de um Fórum da Educação, com a

participação desses representantes, na proporção de um para cada cem professores.

Outra reunião

Terminado o Congresso, os professores voltam a se reunir hoje, às 15 horas, na rua Pires da Motta 99 — Colégio Caetano de Campos — para uma assembléa geral da categoria. Desta vez, para discutir a composição de uma pauta comum de reivindicações das quatro entidades do professores — Apeoesp, CPP — Centro de Professorado Paulista, Udem — União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial e Apase — Associação Paulista dos Supervisores de Ensino — com o objetivo de unificar a campanha salarial da categoria.

A Apeoesp, que já realizou assembléa no último dia 16, vai propor às demais entidades que endossem as reivindicações de reajustes trimestrais com reposição das perdas salariais ocorridas no ano passado e que representam um índice de 47,7% a partir de abril. Além disso, reestruturação da jornada de trabalho, concursos públicos (que aliás foi garantido ontem pela manhã aos professores pelo secretário da Educação, Paulo Renato Costa Souza, que também participou do congresso) e pagamento imediato dos salários dos ACTs, cujo atendimento também já foi prometido pelo secretário.

Além disso, a assembléa deve reafirmar a realização de um ato público no próximo dia 11 — Dia Nacional de Luta, com concentração em frente da Secretaria Estadual da Educação, na praça da República, às 17 horas. Na segunda-feira, dia 1º, a diretoria da Apeoesp se encontrará com o secretário, Paulo Renato, no palácio do governo, às 17h30, para obter respostas às reivindicações levadas a ele no último dia 21, que envolvem questões salariais e da reestruturação do Estatuto do Magistério.